

Resenha: Continuum colonial

Régia Cristina Alves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: regia.c.alves@gmail.com

Márcio José Celeri

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: marcioceleri@yahoo.com.br

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial**. São Luís: EDUFMA, 2019.

Bartolomeu Rodrigues Mendonça é Sociólogo e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, ambiente, Reservas Extrativistas (RESEX), política, educação e neoliberalismo. Autor do livro *Continuum colonial*, o presente texto tem por objetivo compreender as análises do autor neste que é fruto de sua tese de Doutorado, publicado pela Paco Editorial e EDUFMA.

O *continuum colonial* é uma análise sobre os territórios vividos e em constante conflitos entre os que Mendonça denominou de *herdeiros da colônia* e os *escravos da república*, reverberado nos grandes projetos desenvolvimentistas atuais e alargado pela transnacionalidade de instituições e empresas que visam o uso do território de comunidades tradicionais no Maranhão.

O *continuum colonial* revela as ações de grandes empresas transnacionais e nacionais que se utilizam dos aparatos legais no intuito de usurpar territórios e, conseqüentemente, vidas em prol da acumulação via espoliação. A obra divide-se em uma discussão introdutória, nas bases teóricas, conceituais e visíveis de tais espoliações ao longo de seis capítulos e, por conseguinte, nas considerações finais. Ao longo dos capítulos o autor vai tecendo as investidas dos *herdeiros da colônia* sobre o território dos *escravos da república*, uma obra importante e necessária para pensarmos outras possibilidades de organização social, política e econômica.

Na introdução da obra, Mendonça explica de maneira sucinta como elaborou sua pesquisa e quais conceitos e autores o ajudaram na busca pelo entendimento sobre território, colonialidade, modernidade e *continuum colonial*. O autor apresenta o dilema que comunidades tradicionais do Maranhão, no caso específico desta obra, comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana lidam com os deslocamentos compulsórios provocados, segundo ele, pelo *continuum colonial* político e territorial.

O autor destaca três comunidades como casos empíricos da sua investigação dos deslocamentos compulsórios, a saber: A Resex Tauá-Mirim, localizada na capital São Luís, a comunidade Piquiá de Baixo no Município de Açailândia e o processo de ocupação e deslocamento da população do município de Buriticupu- MA. O trabalho é embasado por autores e teóricos renomados, apresentando nos três últimos capítulos as falas dos *escravos da república*, que ecoam as violências sofridas por estes.

O primeiro capítulo de base teórica tem como título “Colonialidade (=modernidade): o *continuum colonial*”, e revela a escolha do autor pela teoria decolonial, que dialoga com os principais autores latino-americanos, tais como: Dussel, Mignolo, Coronil, Quijano e entre outros que estudam a teoria da decolonialidade nos espaços acadêmicos e debatem conceitos como Modernidade, Colonialidade, Descolonialidade e Decolonialidade, apesar das contribuições teóricas destes autores, as questões ligadas aos conceitos ou categorias, supracitadas tem seus limites e tensões, apesar das divergências o autor concorda com estes autores, quando estes admitem que há exploração e expropriação colonial, além da contribuição fundamental para que Mendonça, pudesse operar a construção do conceito de continuum colonial. Em relação ao seu principal dilema: a modernidade, o autor buscou a partir de bases teóricas críticas compreender que a modernidade é um conjunto complexo, “histórico, econômico e politicamente situado” que atinge grupos sociais distintos de maneira conflituosa, uma vez que estão em situações políticas e sociais opostas e que a colonialidade é face desta primeira.

Por esta razão o autor propõe que a colonialidade é igual a modernidade, ou continuum colonial, uma vez que não houve mudanças significativa no modo operacional da sociedade detentora do poder político, científico, econômico e etc. tanto a Colonialidade quanto a Modernidade não são apenas processos históricos temporais, e sim um conjunto de normas e saberes imposto para legitimar o pensamento hegemônico eurocêntrico que começa no século XV, e se perpetua nos nossos tempos, é a partir dessa observação que Mendonça, constrói o conceito de Colonialidade (=modernidade) ou *continuum colonial*. As expressões da colonialidade, os conflitos, as espoliações, as usurpações e a subalternização dos grupos sociais em questão são postas teoricamente, ilustrando situações que afirmam sua tese sobre o *continuum colonial* revelados na violência dos deslocamentos compulsórios em detrimento de projetos desenvolvimentista e/ou de colonização em territórios maranhenses.

É no segundo capítulo chamado “Os escravos da república na ilha Upaon-Açu ou sobre a resistência ao apagamento de vidas indesejáveis” que o autor avança sua análise e apresenta dados históricos e empíricos sobre as ações dos colonizadores portugueses e do *Continuum Colonial* em terras brasileiras e maranhenses, desde as formas que se apresentavam àqueles nativos do território e os trazidos à força, até as formulações e

imposições de práticas pautadas nos ideais europeus sobre moralidade, civilidade, ordenamento e entre outros, todos pautados na etnocentralidade.

Mendonça busca nos referenciais teóricos explicações para afirmar sua tese, explicitando a violência e a negação e/ou ocultação da história dos *escravos da república* (a qual ele referencia como “vidas indesejáveis”) diante da colonização maranhense. Para o autor os *escravos da república* tiveram sua História apagada no decorrer da colonização e no *continuum colonial* no Estado do Maranhão.

Ao longo de seu segundo capítulo, o sociólogo e professor Bartolomeu Mendonça vai construindo as narrativas sobre o apagamento das histórias dos “indesejáveis” e a necessidade dos colonizadores em apagar a história e os rastros dos *escravos da república*. A visão não eurocêntrica desta obra é uma contribuição histórica importante para entendermos a ocupação territorial maranhense, da colônia à república, e suas implicações no presente.

Neste íterim, o sociólogo centra-se em reconfigurar a invasão europeia portuguesa como a principal causadora da usurpação de terras, massacres, pobreza, conflitos e entre outras ações contra os *escravos da república* que, no passado colonial, tiveram seus corpos e seus territórios invadidos e violados. Mendonça defende que isto é a face da colonialidade (=modernidade) ou *Continuum Colonial*, pois as bases da espoliação, do descaso, do racismo e de toda ordem opressora advém dos *herdeiros coloniais*, revelados nas ações Capital/Estado.

O autor conduz a análise do ponto de vista das perdas que os *escravos da república* tiveram no passado, tais como: território, religião, direito de ser humano, de reproduzir seus modos de vida e suas organizações sociais, que hoje revelam-se como no passado. Ainda no segundo capítulo Mendonça tece a história da capital São Luís antes e depois da invasão dos europeus, e sua abordagem histórica situa os Povos originários como os primeiros grupos maranhenses a perderem suas terras em nome do projeto colonial, que se dizia moderno. Neste capítulo os primeiros relatos de lutas e resistência pelo território começam a aparecer e, como numa trama de tecidos, a luta dos *escravos da república* é tecida, cuja rede entrelaçada pode ser vislumbrada na atualidade, com a luta pela criação da Resex Tauá-Mirim.

No terceiro capítulo, é exposto o contexto dos “deslocamentos compulsórios e o *continuum colonial*”, destacando a relação conflituosa entre Capital-Estado e as comunidades, aqui nesta obra chamados de *escravos da república*. O autor destaca as resistências, lutas constantes, vitórias e retrocessos dos *escravos da república* e das investidas sob os territórios dos *herdeiros da colônia*. Para Mendonça, o *modus operandi* dos deslocamentos compulsórios no Maranhão e, especificamente, nas comunidades estudadas pelo autor revelam-se como parte de ações coloniais que, além de naturalizar a usurpação de territórios,

utiliza-se forças violentas contra esses grupos sociais, que desprovidos de forças decisórias, são obrigados a retirar-se de seus territórios forçadamente.

É trazido ao debate as considerações propostas pela teoria foucaultiana, em que o autor faz uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault, sobre “governo da população”, dialogando ainda com as contribuições de Marx e de Engels em que destacam a análise sobre as ações do Estado burguês e as relações de exploração via oferta de mão de obra barata. Mendonça explana que a alteridade, os colonialismos internos, o racismo e as injustiças ambientais e entre outros revelam-se como projeções do *continuum colonial*.

Deste modo, a análise do *modus operandi* dos deslocamentos compulsórios das comunidades baseados na classificação e hierarquização, sugerem que estes deslocamentos são raízes do julgo colonial baseado no racismo. Bartolomeu Mendonça justifica que a usurpação do território destas comunidades está elencada no discurso do desenvolvimento econômico, e traz ao debate quais outras formas de manter o crescimento financeiro do país sem violentar os direitos das comunidades tradicionais, oferecendo ao leitor uma alternativa de pensamento e novas epistemologias numa tentativa de elencar novas possibilidades de relações sociais e econômicas.

No capítulo quatro, “Piquiá de baixo: uma retirada necessária”, Mendonça articula a ideia de dois aspectos gerais do *continuum colonial*, o governo de populações e a expropriação de terras pelo par Capital-Estado, utilizando como caso ilustrativo a comunidade Piquiá de baixo, do município de Açailândia-MA. O autor apresenta o histórico da reconfiguração territorial de Açailândia, sustentada pelo planejamento territorial nacional desde a década de 1956, e como ficou estabelecida suas dimensões nos dias atuais.

É mister ressaltar que Açailândia serviu como base infraestrutural em dois momentos históricos, erguendo-se como um grande acampamento de trabalhadores operários responsáveis pela construção das rodovias que conectam os estados de Belém à Brasília e, na década de 1980, com a construção de grande impacto ambiental e social vivido pelos moradores açailandenses, pela edificação e operação da Estrada de ferro Carajás pelo consórcio Amazônia Mineração S.A.(AMZA) fundado pela Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) e U.S. Steel, e a conseqüente chegada de empresas guseiras, que se instalaram em Piquiá de baixo.

Estes fenômenos, aparentemente apresentados como natural por alguns autores, segundo Mendonça é um ajuste planejado pelos *herdeiros da colônia* que usurpam territórios e veem aquela população como possuidoras apenas de mão de obra barata. O projeto Grande Carajás e o Projeto Ferro Carajás foi, para o autor, uma via de espoliação do território, culturas e vidas, utilizando-se dos mesmos discursos anteriormente usados pelos *herdeiros da colônia* para adentrarem o território da Amazônia Oriental.

Segundo Bartolomeu Mendonça, a ferramenta mais eficaz do *continuum colonial* ou colonialidade (=modernidade) é a gestão de populações, pois é através desse instrumento que empresas, governos e elites mantêm suas posições de autoridade e superioridade ante àqueles cujos sustentáculos econômicos beiram a nulidade. Deste modo, o autor assevera que quanto mais as classes dominantes produzem riquezas para si, mais produzem pobreza para os outros, denominados como *escravos da república*.

É exposto ao leitor a descrição de Piquiá de baixo como um dos exemplos de violência mais contundente do Estado do Maranhão, passando por vários processos de colonização, desde a expulsão dos indígenas a partir da construção da BR-222 até os dias atuais, com a expulsão dos moradores por conta das atividades siderúrgicas que, desde a década de 1980, poluem o ar, a água e o solo, tornando os modos de vida daquelas pessoas insustentáveis e a permanência na comunidade improvável.

Historicamente foram travadas várias lutas pelo direito à vida pelos habitantes de Piquiá de Baixo contra o avanço das empresas de ferro gusa, a Vale S.A e o Estado, e atualmente os moradores exigem indenizações e reassentamento. Mendonça explica que mesmo que os residentes exijam reassento, este pedido se enquadra em demanda compulsória por conta do seu caráter violento e induzido pela falta de emprego, terras para trabalhar e subempregos, caracterizando-se, para o autor, a face do *continuum colonial* espelhado nas ações destas empresas e pelo Estado, herdeiros da colônia.

No quinto capítulo, "Os deslocados do desenvolvimento no Brasil: da colonização ao *continuum colonial*", o autor discorre sobre o projeto colonial português na América do século XV, o aldeamento e o trato dos colonizadores em relação ao negro africano. É neste capítulo que Mendonça apresenta os atores atingidos pelos deslocamentos compulsórios da colonização ao *continuum colonial*, assinalando os grupos vítimas como sendo aqueles de ancestralidades indígenas e africanas.

O autor pontua que as estratégias usadas pelos colonizadores e pelos *herdeiros da colônia* para manter as relações de dominação são reveladas pelas elites coloniais de outrora, como o uso da violência, da acumulação primitiva (hoje pelo enriquecimento via espoliação), táticas de divisão de grupos, subjugação, subalternização e classificação social para dominar, entre outras ações, apresentadas pelo autor como o *modus operandi* do projeto colonizador, hoje chamado de projetos desenvolvimentistas. Assim Mendonça vai tecendo historicamente a saga daqueles que foram despossuídos, desde invasão europeia portuguesa em terras dos povos originários até os dias atuais, através das ações empresariais e da conivência estatal.

No mesmo capítulo o professor Bartolomeu Mendonça dedica duas seções para explicar a relação dos deslocamentos como face do projeto colonizador e suas implicações no *continuum colonial*, dos grupos analisados pelo autor, os povos originários e os negros escravizados trazidos para o Brasil. A exploração e expropriação desses grupos étnicos são

expostas ao longo do trabalho como faces do *continuum colonial* e da relação de poder entre Capital-Estado e os grupos sociais citados acima, que o autor chama de *escravos da república*.

No sexto capítulo o sociólogo discute a questão do município de Buriticupu dentro da perspectiva da colonialidade (=modernidade) da colonização, da grilagem, expropriação e a luta pela terra, tema que nomeia o título do capítulo. É exposta a forma de colonização e exploração das terras devolutas naquela região e apresentado o *Projeto Pioneiro de Colonização* instaurado no Maranhão na década de 1973, um disfarce para uma experiência de grilagem e expropriação de terras. Mendonça salienta como as leis e órgãos estaduais e federais estavam a serviço do *continuum colonial* e dispostos a assegurar a grilagem de terras por partes dos *herdeiros da colônia*.

Estes órgãos foram responsáveis por angariar fundos para o famigerado projeto de desenvolvimento, excluindo os *escravos da república* de qualquer direito ligado à terra e ao trabalho desenvolvido na mesma. A negação, criminalização e a grilagem de terra são responsáveis por diversos deslocamentos compulsórios, sendo eles geográficos ou não. Para Mendonça, o Projeto Pioneiro de Colonização em Buriticupu, caracterizado pela violência, saque, expropriação e exploração dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, e por falsas promessas de melhoria de vida e de terras, revela a violência do *Continuum Colonial*.

Em suas considerações finais, “para não concluir” como afirma o autor que considera a temática um problema perene e contemporâneo, é exposto como as constantes perdas de terras por parte dos *escravos da república* geraram uma atmosfera de lutas e resistências no território, marcados por mortes, prisões e organizações de movimentos sociais e sindicatos. Mendonça reafirma que a Colonialidade (= modernidade) ou o *continuum colonial* “permanece até então, no espaço e no tempo” sob a estrutura do capital industrial, financeiro, especulativo.

Os *escravos da república* continuam sua marcha na contrapartida dos *herdeiros da colônia*, dispondo de sua força de trabalho, de sabedoria, resistência, inteligência, com suas organizações sociais e políticas, estas apagadas no passado e ignoradas no presente no baluarte do *Continuum colonial*. Esta obra sinaliza para além das relações de poder introjetada nos territórios, mas também a história falada e ouvida daqueles que constroem o território como lugar de reprodução material e imaterial, na contramão do sistema das coisas e enquanto visão não eurocêntrica de organização do espaço e de vidas. portanto esta obra é indicada para todos e todas que tenham interesse e ousadia em pensar e sentir por via daqueles que foram e que são subalternizados e que tenham interesse em combater as injustiças sociais, pensando outras epistemologias e metodologia a partir da visão dos excluídos pelo poder hegemônico elencados pelo eurocentrismo.

Esta obra pode ser encontrada no endereço eletrônico da editora EDUFMA: www.edufma.ufma.br/index.php/produto/continuum-colonial, e no endereço da PACO editora: <https://www.pacolivros.com.br/continuum-colonial>.

Referência

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues: **Continuum colonial**. São Luís: Paco Editorial, EDUFMA, 2019. 352 p. ISBN:978-85-462-1770-0. ISBN:978-85-7862-8990-1.

Sobre os autores

Régia Cristina Alves dos Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do ensino básico no município de Barreirinhas (Maranhão). Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO): Fronteras, Globalización y Regionalización.

Márcio José Celeri – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente Adjunto II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0003-3905-0657>

Como citar esta resenha

SANTOS, Régia Cristina Alves dos; CELERI, Márcio José. Resenha: Continuum colonial. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 229-235, mai.-ago., 2021.

Recebido para publicação em 12 de agosto de 2020.
Devolvido para a revisão em 01 de abril de 2021.
Aceito para a publicação em 01 de maio de 2021.
